

ATA Nº 11

24 de junho de 2019

Local

CASA DO POVO DE ARCENA

EP E M

ATA Nº 11

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e dez minutos, reuniu em sessão ordinária, na Casa do Povo de Arcena, a Assembleia de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho.

A referida sessão foi presidida pela eleita Carlota do Nascimento Borges Bernardo de Pina, e secretariada pelo eleito Pedro Filipe Faria Ferreira, primeiro secretário e a eleita Tânia Sofia Faria Ferreira, como segunda secretária.

Estiveram presentes os seguintes eleitos:

MESA DA ASSEMBLEIA

Carlota do Nascimento Borges Bernardo de Pina
Pedro Filipe Faria Ferreira
Tânia Sofia Faria Ferreira

BANCADA CDU

Maria Isabel Cavaleiro
António Maria Barreto Anastácio
João de Almeida Mendes
António Augusto Marques Sequeira
João Batista Arcadinho

BANCADA PS

Isabel Alexandra Garcia Barbosa dos Santos
Maria Manuela Constantino Garcia Barbosa dos Santos
João Pedro Pinto Baião
José Manuel Morais Chumbo
Joana Isabel de Araújo Freitas Simões
Luciana Maria Maia Nelas
Maria Clara Negrinho

BANCADA BE

João Alexandre Pires Fernandes
Amândio Delfino

BANCADA CM

Bruno Miguel da Silva Correia

BANCADA CDS

Rui Manuel Valadas Marques

EXECUTIVO

Carlos Manuel Gonçalves
José Carlos Godinho Romão

CP 2
N

Carla Alexandra Rebocho Tavares

Fernando Manuel da Encarnação dos Santos Caio

Joaquim José Cunha Carreira

Vitor Manuel Guterres Torres

A Presidente da Assembleia Carlota de Pina, iniciou a sessão cumprimentando todos os presentes, dirigindo também algumas palavras de agradecimento à Casa do Povo de Arcena pela disponibilidade na cedência da sala.

Passou a informar das substituições nas bancadas, referindo que na bancada do PS o eleito Afonso Lourenço Correia da Costa e o eleito Luís Nuno Monteiro Carvalho, o primeiro por renúncia de mandato, tinham sido substituídos pelos eleitos Isabel Alexandra Garcia Barbosa dos Santos e Maria Clara Rodrigues Soares Neto Negrinho respetivamente.

Na bancada da CDU informou da substituição dos eleitos Maria Fernanda Gomes, Maria de Fátima Marte Cachado Silvestre Bernardo e Maria Fernanda Neves Dias Comenda, pelos eleitos Isabel Cavaleiro, António Anastácio e Tânia Ferreira respetivamente, solicitando à eleita Tânia Ferreira que ocupasse o seu lugar na mesa da Assembleia.

Na bancada da CM a substituição do eleito Pedro Manuel Silva Alves pelo eleito Bruno Correia.

Na bancada do BE a substituição da eleita Rita Aleixo pelo eleito Amândio Delfino.

Seguidamente e em conformidade com decisão tomada por todos, foram antecipados para o período antes da ordem do dia, os pontos **1 – Renúncia de Membro da Assembleia de Freguesia** e o **Ponto 2 – Tomada de Posse de Membro da Assembleia de Freguesia**.

A Senhora Presidente da Assembleia, passou a informar da renúncia de mandato do eleito Afonso Lourenço Correia da Costa, informando também que iria tomar posse a eleita Isabel Alexandra Garcia Barbosa dos Santos.

Logo após passou a ler para conhecimento de todos, a carta de renúncia do eleito Afonso Costa, informando que a mesma iria ficar apensa a esta ata e em nome da Assembleia agradeceu-lhe por todo o trabalho e dedicação à Freguesia.

Seguidamente tomou posse a eleita Isabel Alexandra Garcia Barbosa dos Santos, que após leitura do documento de compromisso de honra o assinou.

A Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação a **ata nº. 8** de dezanove de dezembro de dois mil e dezoito, tendo sido a mesma aprovada por **maioria**.

Seguidamente solicitou às bancadas que procedessem às respetivas inscrições, tendo dado a palavra ao eleito António Sequeira da bancada da CDU, que após cumprimentar todos os presentes, questionou o Executivo sobre a situação da Estrada de Arcena, dizendo que tinha conhecimento que a Câmara Municipal ia fazer requalificação daquela área pelo que pretendia saber qual o ponto da situação.

Questionou sobre o relatório da execução do Protocolo de Transferências e Competências e sobre o contrato Intermunicipal Administrativo.

Sobre a recolha de lixo disse que era insuficiente e que tinha grandes lacunas em toda a Freguesia, pretendendo saber que medidas tinham sido tomadas pela Junta para a melhoria deste serviço.

Referiu as podas que tinham estado a ser feitas nas laranjeiras, referindo ser a altura do ano para a poda dos citrinos e não entendia o porquê de umas árvores terem sido podadas e outras não, o que não fazia qualquer sentido.

Sobre os parques infantis questionou o facto de a grande maioria estarem encerrados devido a deficiências diversas, pretendendo saber o que a Câmara Municipal estava a fazer para resolução desta situação.

ep e
M.

Falou sobre a entrada norte da rotunda da Silveira, dizendo que já tinham ocorrido no local diversos acidentes, e mesmo sendo uma responsabilidade da Junta Autónoma das Estradas, solicitava a intervenção da Junta no sentido de poder ser colocada uma melhor sinalização e também bandas sonoras na aproximação da rotunda.

Terminou referindo o grande abandono de terras na parte norte da União de Freguesias, dizendo que era uma situação que poderia trazer grande perigo para a população em caso de deflagração de incêndio.

Disse que havia a necessidade de limpeza de matos e abertura de vias para a circulação quer dos bombeiros quer da Proteção Civil, pretendendo saber se estava alguém a controlar estas situações.

Foi dada a palavra ao eleito José Chumbo da bancada do PS, que após cumprimentar todos os presentes disse que tinha várias questões a colocar ao Executivo, sendo algumas delas, partes constantes na ata que tinha acabado de ser votada. Começou por referir uma intervenção do eleito João Mendes da bancada da CDU, em que o mesmo tinha solicitado ao Senhor Presidente da Junta informação sobre o cemitério novo e sobre a situação relativa ao acordo entre a Câmara e o proprietário dos terrenos. Mais disse que tinha tido conhecimento que a Câmara já tinha assinado esse acordo e questionava o Senhor Presidente sobre o atual ponto dessa situação.

Reportando-se ainda à referida ata e propriamente ao **Ponto 4 – Proposta de Alteração ao Regulamento de Trânsito para as Ruas D^o. Nuno Álvares Pereira, Rua das Faias e Rua D^a. Luísa de Gusmão**, disse ter sido na altura questionado a falta de pareceres, tendo a Senhora Presidente da Assembleia solicitado ao Executivo o envio à Assembleia dessa documentação, e pelo facto de terem já passado seis meses e nada ter sido recebido, deixava a questão para resposta do Senhor Presidente da Junta.

Reportando-se à informação dada pelo Senhor Presidente da Junta em que havia a obrigatoriedade por Lei, de ser criado um Regulamento de Serviços Internos, pretendia saber se esse Regulamento já existia ou não, e qual era o ponto de situação da contratação dos cinco cantoneiros e em que fase se encontrava o processo.

Disse ainda e aproveitando o facto da Assembleia estar a decorrer em Arcena, que não podia deixar de referir a Rua Olival Santo, dizendo que os passeios estavam muito deteriorados para além da erva abundante, e que o jardim do parque infantil das Faias também necessitava de intervenção quer na relva quer na limpeza, bem como toda a área junto à Quinta do Moinho de Ferro se encontrava com os passeios muito deteriorados.

Sobre o canal EPAL e conseqüente impacto em toda a União de Freguesias, disse que havia uma maior incidência no Sobralinho, tendo referido que a desmatação era da responsabilidade da EPAL, mas pretendia saber que diligências tinham sido feitas pela Junta, junto daquela Entidade para a resolução do problema.

Dirigindo-se à Senhora Presidente da Assembleia e sobre as transmissões online, disse que já havia verba orçamentada para se poder avançar e gostaria de saber em que ponto estava a situação.

Para terminar e sobre as Comemorações do 25 de abril que decorreram na Sociedade Filarmónica Alverquense, disse ter havido uma quebra do protocolo destinado a este tipo de eventos, pois tinha estado em representação da Câmara Municipal a Vereadora Fátima Antunes, não tendo entendido o porquê do Vereador Nuno Libório ter falado em primeiro lugar, agradecendo que o Senhor Presidente da Junta se pronunciasse sobre este assunto.

Foi dada a palavra à eleita Manuela Santos da bancada do PS, que após cumprimentar todos os presentes referiu ter uma questão relacionada com a atribuição de lugar de estacionamento situação que já tinha referenciado em Assembleia anterior e que gostava de ver esclarecida. Referiu que se tratava de lugar atribuído a um estabelecimento comercial na Av. Capitão Meleças, dizendo que o sinal com menção do horário que lá iria ser colocado conforme palavras do Senhor Presidente da Junta continuava a não estar lá.

Ainda sobre o facto de ter sido dito que o espaço só comportava uma única viatura, disse já ter comprovado não só pessoalmente como também colegas da sua bancada, o estacionamento de duas viaturas naquele espaço, tratando-se assim de uma reserva de estacionamento de dois lugares e não de um conforme tinha sido dito.

E
P.M.

Usou da palavra o eleito Bruno Correia da CM, que dirigiu um cumprimento a todos os presentes, dizendo ter algumas questões a colocar ao Executivo mas primeiramente iria passar à leitura da **Moção “ Ogma em Alverca”**.

Após leitura da Moção, começou por dizer que uma das questões que trazia tinha a ver com a Rua da Esperança que dava acesso ao Centro de Saúde de Alverca, sendo aquele um local frequentado por pessoas idosas e tendo já ocorrido várias quedas nas escadas existentes entre a Rua da Liberdade, a Rua 1º de Maio e a Rua 25 de Abril, solicitando ao Senhor Presidente da Junta a colocação de corrimões a fim de permitir um melhor acesso em toda aquela área.

Disse também que não existiam passadeiras no final das referidas escadas pelo que solicitava também que o Senhor Presidente da Junta intercedesse junto da Câmara Municipal para a sua colocação.

Sobre o passeio na Rua 25 de Abril, referiu que o mesmo era ocupado por veículos devido ao estacionamento em espinha e que a passadeira na Rua Bento Jesus Caraça no Bom Sucesso só tinha sido rebaixada num dos lados.

Congratulou o Executivo pela medida que tinha tomado na instalação de um caixote para dejetos caninos, mas disse que a escolha do local não tinha sido a melhor pois quem vinha do Largo Catarina Eufémia para entrar na Estrada de Arcena perdia a visibilidade devido ao mesmo, sugerindo que fosse deslocalizado para outro espaço.

Usou da palavra o eleito João Fernandes do BE, que após cumprimentar todos os presentes referiu ter várias questões a colocar ao Executivo, começando por dizer que já tinha apresentado esta situação na Assembleia de Freguesia em abril, e que se tratava da passadeira existente na Rua da Aviação, a qual não tinha ligação a um passeio.

Mais disse que aquela passadeira não estava legal, pois continuava a não existir no local a respetiva sinalização vertical. Falou dos passeios à volta do Centro de Saúde de Alverca dizendo que continuavam por rebaixar, não permitindo o acesso a quem se deslocasse numa cadeira de rodas.

Continuando a sua intervenção disse que se estava muito próximo do verão e havia previsão de um verão muito seco que iria afetar o abastecimento de água em muitas zonas do País e que mesmo não se estando numa zona crítica, deviam ser tomadas medidas para todos contribuímos para uma poupança da água. Disse ainda que havia que repensar o espaço público para que não se consumisse tanta água e a pergunta que deixava ao Executivo era se havia alguma medida preventiva para esta situação.

Sobre as festas da Cidade e de S. Pedro questionou se iria ser implementada alguma medida para a contenção do uso de plástico.

Em relação ao site da Junta disse que continuava a haver algumas falhas na publicitação de editais e comunicados e reportando-se à intervenção do Senhor Presidente da Junta na última Assembleia onde o mesmo referiu que os cadernos de encargos dos contratos iriam estar disponíveis para consulta pública, disse que no momento presente continuavam a não estar e a informação que estava disponível não respondia ao que tinha pedido.

Disse ainda e em conformidade com o questionado pelo eleito José Chumbo, pretendia também saber qual o ponto de situação das transmissões online das Assembleias.

Seguidamente leu a **Moção - “ Por uma oferta de transportes públicos regulares na Vila do Sobralinho “**, e a **Recomendação “ Roteiro do Património Histórico e Cultural da União de Freguesias”**, tendo logo após terminado a sua intervenção.

Foi dada a palavra ao eleito Rui Valadas do CDS que após cumprimentar todos os presentes disse ter algumas questões a colocar ao Executivo e referindo-se à Assembleia de dezanove de dezembro último, disse ter levantado a questão de um lugar de reserva de estacionamento na Rua da Indústria, no qual se encontrava colocado um sinal de estacionamento proibido, tendo-lhe sido explicado que o lugar tinha sido licenciado a uma Empresa e que o sinal lá existente ia ser substituído por um de estacionamento autorizado.

Mais disse que provavelmente já não estava naquele local a mesma Empresa e gostava de ser esclarecido sobre a situação.

ef & M.

Sobre limpeza urbana referiu que a Av. Capitão Meleças e a Rua Joaquim Sabino Faria, se encontravam muito sujas e com depósitos de laranjas pelo chão pelo que gostava de saber que planeamento de trabalhos de limpeza estava a ser feito para a melhoria destas situações.

Referiu a Festa de Final de Ano do Jardim de Infância Nº 1, dizendo que o som do equipamento da escola em nada tinha beneficiado o evento, e segundo lhe foi transmitido pela Associação de Pais, tinham feito o pedido à Junta de Freguesia para apoio na cedência do equipamento de som não tendo sequer recebido qualquer resposta. Mais disse que mesmo não tendo a Junta o equipamento disponível, gostava de ter algum esclarecimento do Senhor Presidente sobre esta ocorrência.

Sobre a praga de baratas e ratos que assolaram toda a Freguesia, disse que já há um ano atrás tinha trazido este problema, referindo também o folheto da CDU distribuído à população em que faziam a exigência à Câmara Municipal para um controle destas pragas atempadamente antes do período de verão. Mais disse que aquando da sua intervenção tinha referido exatamente o mesmo, tendo o Senhor Presidente da Junta respondido que a resolução não era eficaz se fosse feito antes do período favorável e com as condições climatéricas mais ajustadas. Referiu que pouco devia importar à população esse facto, pois havia já relatos de aparecimento de baratas em algumas zonas da freguesia em segundos e terceiros andares em prédios, estando as condutas com um nível de infestação não aceitável e que gostava de saber para quando uma solução deste problema.

Em matéria de segurança rodoviária, assunto que tinha também trazido há já um ano à Assembleia, referiu a intervenção feita pelo eleito António Sequeira sobre a rotunda na Estrada Nacional 10 com a Rua Projetada ao Choupal, pretendendo saber qual o ponto de situação tendo em conta a Câmara ter um projeto de requalificação para a Estrada Nacional 10 e que englobava toda aquela área.

Seguidamente a Senhora Presidente da Assembleia solicitou à funcionária Paula que passasse pelo público a fim de recolher as inscrições, tendo logo após dado a palavra à eleita Isabel Santos da bancada do PS.

A eleita Isabel Santos iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e dizendo que iria passar a ler um **Voto de Congratulação “ Monumento do Centenário da Aeronáutica em Alverca do Ribatejo “**.

Terminada a intervenção da eleita Isabel Santos, a Senhora Presidente da Assembleia informou que devido ao adiantado da hora iria de imediato passar a palavra ao público pela ordem de inscrição, pelo que iria usar da palavra o Senhor Manuel Marcos Neto Negrinho.

O Senhor **Manuel Negrinho** cumprimentou todos os presentes e iniciou a sua intervenção dizendo que trazia várias questões para colocar ao Executivo começando por referir a necessidade de marcação de uma bolsa de estacionamento na Rua Vale Doutor, dizendo ainda que em local contíguo existia um Ecoponto com dois contentores para lixo comum encontrando-se um deles partido e com o pedal de abertura avariado há já muito tempo, sendo necessário a sua substituição.

Mais referiu que na mesma rua e mais propriamente no entroncamento com a Rua Dr. José Eduardo Vieira era necessário colocar uma passadeira provavelmente até com lombas, pois não existia nenhuma e o sinal de stop que lá se encontrava na maioria das vezes não era respeitado pelos condutores.

Disse ainda que naquela mesma Rua existia uma passadeira que carecia de colocação de sinalização vertical que presentemente não existia, estando lá colocado um sinal com limite de velocidade mas devido a estar em muito más condições, era muito pouco legível e sendo aquela uma via de entrada e saída de Arcena com circulação de tráfego muito elevada em certas horas de ponta, circulavam a velocidade superior ao permitido por lei.

Referiu também que era uma zona com muitos problemas a nível de passeios, sabia que em alguns locais não era mesmo possível devido à existência de muro mas que havia zonas em que seria bom virem a ser colocados, pois os peões circulavam dentro da estrada com os perigos que daí podiam advir.

Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor **António Novais** que após dirigir um cumprimento a todos os presentes, iniciou a sua intervenção dizendo que já tinha colocado esta situação à Junta, tratando-se das

ep & M.

placas indicativas de entrada para o Bom Sucesso quando se vinha de Bucelas para Arcena, dizendo que as mesmas estavam muito deterioradas e tinham sido retiradas, mas até à data não tinham voltado a ser colocadas.

Informou que primeiramente a resposta que tinha tido foi que o assunto estava a ser analisado e posteriormente foi informado que havia uma placa identificativa do Bom Sucesso à saída da auto-estrada e não se justificava colocação de placa no local anterior.

A pergunta que deixava ao Senhor Presidente da Junta era no sentido de esclarecer esta situação e se o mesmo achava ter lógica os condutores que vinham do lado de Bucelas e iam para o Bom Sucesso terem de dar uma volta enorme.

Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor **José Avelar** que após cumprimentar todos os presentes disse que o assunto que trazia tinha a ver com limpeza urbana e mais propriamente com Arcena, referindo que estava quase tudo na mesma. Disse que via o funcionário a fazer limpeza sistematicamente no mesmo local quando outros locais se encontravam cheios de sujidade, pelo que perguntava ao Senhor Presidente da Junta se não existia uma organização de rotina para este serviço.

Sobre a Rua Olival Santo e referenciando a subida do lado direito, falou de uma valeta em cimento que seria para escoamento de águas mas estava sempre atulhada de lamas e pedras que acabavam por vir para a estrada, perguntando ao Senhor Presidente de quem era a responsabilidade desta situação, e que era urgente a limpeza da mesma.

Por fim referiu a atribuição dos Galardões de Mérito dizendo que devia haver uma maior reflexão nessa atribuição, pois no seu entender nem sempre os homenageados tinham relevância para merecerem essa homenagem, enquanto outros nunca tinham sido reconhecidos.

Referiu um grupo de pessoas denominado "o Movimento Estado de Arcena", que em 2011 travou uma luta contra duas grandes Empresas tendo vencido a causa e feito com que fosse chumbado o projeto da Pedreira de Arcena, bem como o adiamento do alargamento do aterro sanitário, em defesa de Alverca e dos seus habitantes.

Terminou dizendo que gostava que este Movimento não fosse esquecido e que as pessoas que lutaram nestas causas tivessem o reconhecimento que mereciam e num futuro próximo isto pudesse ser tido em consideração.

Foi dada a palavra ao Senhor **Carlos Santos**, que após cumprimentar todos os presentes dirigiu-se ao Senhor Presidente da Junta referindo que na última Assembleia em Abril o mesmo tinha informado que os lugares de estacionamento atribuídos a estabelecimentos comerciais eram autorizados para o período do seu horário de funcionamento e devidamente identificado com colocação do sinal.

Mais disse pretender saber o porquê da Escola de Condução existente junto ao Centro de Saúde ter o sinal lá colocado e nunca se poder ali estacionar não estando a ser cumprido o que o Senhor Presidente tinha informado.

Terminadas as intervenções do público a Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para responder às questões colocadas.

O Senhor Presidente da Junta iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e dizendo que valia sempre a pena as Assembleias em Arcena, pois havia sempre uma forte presença do público e que eram sempre muito participativos.

Dirigindo-se ao Sr. Manuel Negrinho disse que havia a necessidade da marcação da bolsa de estacionamento conforme o mesmo tinha referido mas que essa competência era da Câmara Municipal e já tinha feito o pedido estando a aguardar, pois à Junta só competia fazer as remarcações.

Sobre o ecoponto partido e o problema do pedal, disse que já tinha solicitado à Câmara a regularização daquelas situações, dizendo ainda que têm estado a ser substituídos equipamentos por todo o Concelho, tendo já sido substituídos no Sobralinho e se aguardava substituição também em Alverca.

CP 4
11

Referindo a questão das passadeiras disse ter pedido à Câmara, colocação de duas passadeiras, uma sobre-elevada para a Rua Vale Doutor, havendo alguma relutância devido às viaturas do INEM quando tivessem de transportar doentes que requeressem cuidados de imobilização, mas que estava também a aguardar uma solução.

Sobre os sinais informou terem sido pedidos à Câmara Municipal e assim que fossem recebidos seriam colocados.

Em relação à inexistência de passeios disse que havia uma grande necessidade em todo o percurso entre Arcena e o Bom Sucesso, mas que havia problemas de vária ordem não só devido à via ser reduzida mas também por confinar com terrenos privados. Informou já ter estado com o Senhor Presidente da Câmara a analisar esta situação e em conjunto estava a tentar-se encontrar uma solução, visto diariamente um enorme fluxo de pessoas fazer aquele trajeto a pé pela estrada com todos os perigos que daí podiam advir.

Em resposta ao Sr. António Novais e à questão que colocou sobre o sinal indicativo do Bom Sucesso a quem vinha de Bucelas, disse que o mesmo iria voltar a ser colocado e a informação que referiu ter recebido da Junta terá sido a informar que a colocação não era prioritária e não a dizer que não voltaria a ser colocado.

Em resposta ao Sr. José Avelar, disse discordar da observação feita de que estava quase tudo na mesma, tendo referido que havia três rotas para a limpeza em Arcena, sendo uma delas as Faias, a Urbanização e a zona velha que ia até à Rua Ferreira de Casto, sendo toda a área feita por duas funcionárias e as zonas restantes eram feitas quinzenalmente ou mensalmente conforme a disponibilidade, pois a falta de meios não permitia que fosse feito diariamente. Mais disse ainda que presentemente só estava uma funcionária a fazer aquela área.

Sobre a questão que colocou de limpeza da valeta, disse que não só essa como outras, já tinham sido limpas mas que iria verificar.

Relativamente à atribuição dos Galardões de Mérito, disse que o Movimento que tinha referido realizou um trabalho extraordinário, ele próprio tinha também feito parte desse movimento e tinha já proposto a atribuição de Galardão de Mérito. Informou que a proposta que tinha feito não tinha sido aceite pelo motivo da atividade do mesmo não ter tido continuidade tal como aconteceu relativo a Empresas que acabaram por cessar, mas que independentemente disso todo o mérito lhe era reconhecido.

Sobre a questão pelo Senhor Carlos Santos sobre a reserva de lugares da Escola de Condução, informou que por lei estas tinham direito a ter dois lugares privados de estacionamento devido à sua frota automóvel e relativamente ao domingo dia em que a escola não funcionava iria analisar qual o enquadramento legal para se perceber se poderia ser ou não viável o estacionamento no local.

Passou a informar que teve uma reunião com o Senhor Comandante da Brigada de Trânsito da PSP sobre a sinalética e que no entendimento da Brigada de Trânsito, a sinalética existente talvez tivesse de vir a ser substituída. Referiu estar a aguardar outros pareceres para uma melhor clarificação desta situação e não haver o risco de as pessoas virem a ser multadas ao estacionar nos locais onde existisse sinalética para cargas e descargas com indicação de horário, sendo o entendimento de que após esse horário passasse a ser permitido o estacionamento no local.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Junta, a Senhora Presidente da Assembleia voltou a dar a palavra às bancadas.

Usou da palavra o eleito Amândio Delfino do BE, que cumprimentou todos os presentes, passando a referir ter várias questões a colocar ao Executivo, mas primeiramente trazia uma proposta referindo-se à situação ocorrida no dia dois de junho num torneio de infantis que decorreu no Centro de Formação do Futebol Clube de Alverca, onde um pai invadiu o campo e cometeu uma agressão, situação lamentável e que em nada dignificava o desporto.

ef & H.

Referiu que a Junta devia ter em atenção os apoios que dava aos Clubes para ajuda na formação de jovens na área do desporto independentemente da modalidade, e que junto dos órgãos diretivos e técnicos desses Clubes devia tentar criar alguns incentivos para um melhor fair play.

Sobre o problema das baratas referiu que mais uma vez e assim que apareceu um pouco de calor, voltaram a aparecer, havendo já informação que na zona mais baixa da Cidade de Alverca já eram visíveis não só nas ruas como também dentro de casa.

A pergunta que fazia ao Executivo era no sentido de saber que medidas estavam a ser tomadas pela Câmara Municipal para resolução deste problema e que aplicação estava a ser feita de modo a combater eficazmente esta praga.

Perguntou também se havia da parte da Câmara Municipal algum plano de reforço para Alverca e se a Junta tinha meios humanos e técnicos para resposta a esta situação, alertando para o facto da população ao não ver técnicos a implementar as medidas, acabavam eles próprios por fazerem aplicação de produtos que podiam vir a trazer graves riscos para a saúde e para o ambiente.

Mais disse que trazia uma proposta a exemplo do que já tinha sido implementado noutras Freguesias, de em cada local desinfestado, o mesmo fosse identificado com uma tinta indelével em cada intervenção, a fim de haver um melhor acompanhamento e perceber-se o que estava ou não a ser feito.

Sobre a questão do carregamento de carros elétricos referiu a Moção para implementação de uma rede para carga de veículos elétricos, apresentada pela sua bancada em Assembleia Ordinária de vinte e dois de junho de dois mil e dezasseis, moção essa aprovada por unanimidade, congratulando-se por após três anos terem sido já implementados cinco lugares para carga de veículos elétricos.

Disse ainda que esta tinha sido a primeira pedra na construção de uma rede de abastecimento de veículos elétricos e era também uma condição essencial para um perfil de mobilidade sustentável e menos agressiva para o ambiente.

Foi dada a palavra à eleita Joana Simões, que cumprimentou todos os presentes e disse que trazia algumas questões a colocar ao Senhor Presidente da Junta, começando por perguntar qual o motivo dos resultados eleitorais não terem sido colocados no site da Junta.

Referiu que os protocolos não estavam a ser publicados e sobre a colocação dos armários para dejetos caninos pretendia saber qual tinha sido o critério para a escolha dos lugares de colocação, ou qual o objetivo dessa escolha, tendo em conta um deles ter sido colocado frente ao Moinho de Água, outro na Av. 5 de outubro em local usualmente frequentado por crianças e um outro no Bom Sucesso que conforme já tinha sido referido por outra bancada estava a tapar a visibilidade.

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia, devido ao adiantado da hora pôs à consideração de todos que se passasse à votação das Moções e seguidamente daria a palavra ao Senhor Presidente da Junta para responder às bancadas, situação que foi aceite por todos.

Colocou à votação a **Moção - “ Oigma em Alverca “** - bancada da CM, registada com a letra **A**.

O eleito António Sequeira da bancada da CDU solicitou a palavra e sobre a Moção disse que a sua bancada ia votar contra por vários fatores, sendo um deles não existir qualquer estudo aprofundado sobre impacto ambiental, e sendo Alverca uma zona habitacional tal como acontecia no Montijo, a CDU mantinha igual posição e era contra a instalação de um aeroporto.

Referiu também que era uma zona de grande atividade avícola com grande fluxo de circulação e permanência elevada de aves pelo que para além de que seria um atentado ambiental, o levantar e aterrar de aviões seria de risco elevado, podendo vir a ocorrer acidentes, para além de toda a poluição e aumento consequente de fluxo de trânsito.

Disse ainda que esta questão não podia nem devia ter qualquer tratamento a nível local pois era de âmbito Nacional e que a CDU tinha já apresentado uma solução que passaria pela construção de raiz de

CP & N

um aeroporto em Alcochete, devido a ser uma zona não habitacional, não havia também um fluxo tão elevado de circulação de aves havendo assim muito menos riscos.

Sobre a atividade das OGMA, referiu a mesma ter tido desde sempre uma atividade industrial ligada à reparação, fabricação e manutenção de aeronaves e não de serviços aeroportuários, dizendo também que a mesma deveria manter e continuar a desenvolver a sua atividade no ramo em que sempre esteve.

Usou da palavra o eleito João Fernandes do BE que sobre a Moção, começou por dizer não concordar também pois não existia sequer por partes das Entidades competentes naquelas matérias qualquer estudo de impacto ambiental.

Referiu que concordava com o ponto um e com o ponto dois mas relativamente ao ponto três a sua bancada não aceitava e ia votar contra. Mais disse que era uma questão de coerência daquilo que tinha vindo a defender e estando a zona das salinas de Alverca em vias de se tornar uma reserva natural e um santuário para as aves, para além da preservação de toda a zona ribeirinha, trazer aviões para paredes meias com aquele espaço não podia concordar.

Terminou a sua intervenção dizendo que caso a bancada da CM separasse a votação dos pontos um e dois, do ponto três, a sua bancada votaria favoravelmente os dois primeiros pontos, caso contrário iriam votar contra.

Não havendo mais intervenções das bancadas a Senhora Presidente da Assembleia, questionou o eleito Bruno Correia da bancada da CM, no sentido de o mesmo se pronunciar sobre a possível alteração da Moção, ao que o mesmo disse não aceitar proceder a alteração mantendo o documento tal como estava.

Seguidamente a Senhora Presidente colocou à votação a Moção registada com a letra A - "**Ogma em Alverca**" - tendo a mesma sido **aprovada por maioria** com nove votos contra e dez votos a favor.

Logo após colocou à consideração das bancadas o "**Voto de Congratulação**" - **Monumento do Centenário da Aeronáutica em Alverca do Ribatejo** - bancada do PS, registado com a letra B.

Usou da palavra o eleito João Fernandes da bancada do BE, que disse estar de acordo e quer se gostasse ou não, era importante e fazia sentido ter à entrada de Alverca um monumento de referência da ligação da Cidade à Aeronáutica.

Referiu-se ao Museu do Ar dizendo que teria sido importante a manutenção do mesmo em Alverca e que lamentava a sua deslocalização para Sintra.

Pediu a palavra o eleito António Sequeira da bancada da CDU, que disse concordar que o Museu do Ar devia ter continuado em Alverca.

Referindo-se à Moção disse que a sua bancada iria votar favoravelmente mas não concordava na íntegra com o que estava escrito em algumas partes do documento, pois já existiam em vários locais da Freguesia referências à OGMA e à ligação de Alverca com a Aeronáutica.

Não havendo mais intervenções das bancadas a Senhora Presidente informou que os votos de congratulação não eram votados, pelo que iria colocar à votação a **Moção "Por uma oferta de transportes públicos regulares na Vila do Sobralinho"** - bancada do BE, registada com a letra C.

Não tendo havido pedidos de intervenção por parte das bancadas, passou-se de imediato à votação tendo esta Moção sido aprovada por **unanimidade**.

A Senhora Presidente da Assembleia usou da palavra dizendo que sobre as transmissões online se tinha comprometido em que esta Assembleia já iria ser transmitida, mas não tinha sido possível devido a ter-se estado a aguardar minuta de documento pedido à Assembleia Municipal a fim de que todo o processo

ficasse devidamente legalizado em conformidade com o Concelho. Informou também que a minuta já tinha sido rececionada, estando a ser adaptada para seguir para todos os eleitos e que pensava na próxima Assembleia estarem já reunidas todas as condições para a sua transmissão.

Seguidamente passou a palavra ao Senhor Presidente da Junta.

O Senhor Presidente da Junta iniciou a sua intervenção dizendo que antes de responder às bancadas tinha duas menções de agradecimento, sendo a primeira à UDCAS por mais um extraordinário desempenho e excelente trabalho que muito tinha elevado o nome do Sobralinho e consequentemente o da União de Freguesias de Alverca e Sobralinho.

A segunda menção era ao Monumento da Aviação e um agradecimento a todos os que colaboraram, Câmara Municipal, Força Aérea, Ogma e as IP, para que isto fosse possível e assim ficar preservado as memórias dos Alverquenses e da Aeronáutica. Disse também ter uma palavra de agradecimento a duas pessoas, sendo uma delas um ex-membro da Assembleia o Senhor Afonso Costa, por ter iniciado este processo e à Tenente Coronel Maria João Oliveira, então Comandante do Depósito Geral de Material da Força Aérea, que teve um papel relevante na conclusão do mesmo.

Mais disse que era um extraordinário Monumento à Aeronáutica e à ligação a Alverca e também à importância que a mesma teve no desenvolvimento da Aeronáutica em Portugal.

Seguidamente passou a responder às bancadas e em resposta ao eleito António Sequeira da bancada da CDU, referiu-se à requalificação da estrada de Arcena, dizendo que a mesma estava em estado degradado particularmente entre o viaduto da auto-estrada e o Centro Comercial do Bom Sucesso.

Informou que a Junta tinha sinalizado com prioridade à Câmara Municipal a necessidade de repavimentação da mesma, mas havia também a necessidade de outro tipo de intervenção de modo a aumentar o passeio estando a ser feito um estudo por parte da Câmara Municipal, daí o motivo de não ter sido ainda repavimentada, mas esperava que esta situação ficasse resolvida em breve.

Sobre o relatório de execução disse já ter feito encaminhamento para a Câmara Municipal, informando também que já existia um défice relativo às transferências feitas e aos valores já alocados às competências delegadas, devido a ter havido um aumento de despesa que não estava prevista, o caso das reposições obrigatórias das carreiras bem como o aumento do ordenado mínimo nacional que teve um impacto significativo na União de Freguesias, havendo assim a necessidade de renegociar com a Câmara Municipal e ver o que será possível fazer.

Referindo a questão do lixo disse que não era da responsabilidade da Junta e que era uma situação que tinha vindo a criar sérios problemas pelos depósitos de lixos no chão junto aos ecopontos e às ilhas e que acabavam por ser espalhados pelas ruas. Disse também que se notava alguma melhoria no serviço de recolha e que estava a acompanhar esta situação mas que as ilhas e os ecopontos presentemente já estavam em melhores condições.

Sobre a poda das laranjeiras disse que não tinha corrido bem não só em Alverca como em todo o Concelho e colocava sérias reservas para o futuro pois os serviços contratados pela Câmara Municipal estavam a ser insuficientes, daí o problema que estava a ocorrer por vários locais em toda a Freguesia, referindo a Rua João Mantas onde havia laranjeiras à altura do primeiro e segundo andar bem como estabelecimentos com as montras tapadas devido às mesmas.

Referindo os parques infantis informou que em Alverca estavam quatro parques encerrados pela ASAE por não cumprirem com as determinações legais.

Disse ainda já ter referenciado à Câmara Municipal um vasto conjunto de parques infantis que não estavam nas devidas condições de utilização, tendo recebido informação que a situação estava a ser analisada e iriam ser quase todos sujeitos a intervenção. Mais informou que não ia ser possível a manutenção de todos os parques infantis pelas exigências legais que eram feitas e estava de acordo com a Câmara Municipal, de alguns parques infantis serem requalificados para espaços de lazer para a terceira idade e para jovens de modo a que também estes passassem a ter um espaço para a prática de algumas

CP
N

atividades desportivas que presentemente não existia.

Referindo a entrada norte da Ponte Silveira disse que ia encaminhar para a IP entidade que tinha a jurisdição da Estrada Nacional 10, a solicitar uma melhor sinalização bem como a colocação de bandas sonoras.

Sobre o abandono de terras na parte norte da Freguesia, bem como a abertura de acessos para salvaguarda de casas em caso de incêndio, disse que ia encaminhar para a Câmara Municipal e para a Proteção Civil a fim de ser feito um estudo sobre esta situação e iria também acompanhar todo o processo.

Em resposta ao eleito José Chumbo da bancada do PS e sobre a referência que o mesmo tinha feito relativo à Ata número nove, sendo o assunto relacionado com o cemitério, disse não ter entendido exatamente o que pretendia saber, passando a informar que parte dos terrenos eram propriedade da Junta de Freguesia e outra parte eram da Câmara Municipal. Mais disse que quem tinha efetuado o projeto tinha sido a Câmara Municipal e tendo havido ocupação de terrenos que não eram nem da Junta nem da Câmara, a responsabilidade era do Município. Disse também ter havido um entendimento entre a Junta, a Câmara Municipal e quem reclamava a indemnização, ficando acordado que a Junta iria avançar com a indemnização para a posse dos terrenos, sendo os mesmos escriturados em nome da Câmara Municipal.

O eleito José Chumbo da bancada do PS, interveio perguntando ao Senhor Presidente do Executivo se esta situação não iria trazer encargos para a Junta.

Em resposta o Senhor Presidente informou que a Junta não iria ter quaisquer encargos com esta situação, informando que a decisão que tinha sido tomada e lavrada em reunião de Câmara foi que a mesma assumiria todos os custos e mais tarde as duas Autarquias iriam sentar-se e falar sobre o processo.

Mais disse que a Junta não tinha tido qualquer responsabilidade sobre a ocupação dos terrenos, nem este Executivo tinha tido qualquer intenção de que aqueles terrenos viessem à sua posse.

Sobre as alterações ao Regulamento de Trânsito, disse que os processos já tinham sido encaminhados para a Câmara Municipal e seria essa a Entidade que teria de se pronunciar e pedir ou não os pareceres.

O eleito José Chumbo pediu a palavra referindo que na ata a que já tinha feito referência, estava escrito que o Senhor Presidente não tinha qualquer problema em fazer chegar esses pareceres e também estava escrito que a Senhora Presidente da Assembleia lhe tinha dirigido também esse pedido, e visto não ter recebido até à data qualquer parecer o Senhor Presidente da Junta não estava a agir em conformidade.

Usou novamente da palavra o Senhor Presidente da Junta que em resposta ao eleito José Chumbo, voltou a referir que não tinha enviado os pareceres porque os processos já tinham transitado para a Câmara Municipal, mas relativamente à Avenida Infante D. Pedro, o processo ainda estava na Junta e caso pretendessem receber os pareceres ser-lhes-iam enviados.

Sobre o Regulamento de Serviços Internos informou que o mesmo estava a ser trabalhado, era um documento algo complexo e logo que estivesse terminado viria à Assembleia.

Referindo-se à questão colocada da admissão dos cinco cantoneiros, informou que estava ainda a decorrer o concurso para admissão de dois assistentes técnicos e logo que o processo terminasse seria dado início ao dos cantoneiros, pois não havia meios humanos suficientes para se proceder à abertura dos dois concursos em simultâneo.

Referindo a Rua Olival Santo, disse que a manutenção das zonas verdes naquele local era da responsabilidade da Câmara Municipal e já tinha seguido informação sobre o mau estado em que se encontrava. Mais informou que a Empresa contratada pela Câmara Municipal já tinha estado no local, mas não havendo alguma fiscalização a situação podia voltar a repetir-se.

Sobre a zona das Faias disse que era da responsabilidade da Junta a manutenção das zonas verdes, e que estava a ser feito um bom trabalho estando a área bem cuidada.

Em relação à zona Quinta Moinho de Ferro e aos passeios deteriorados e cheios de mato, disse que tinha a ver com os terrenos ali existentes e não urbanizados e que tinha já seguido informação para a Câmara Municipal sendo a requalificação de passeios da responsabilidade da mesma.

Referindo o Canal Epal e a acumulação de matos, informou que regularmente eram enviadas notificações a solicitar a limpeza dos canais em Alverca e no Sobralinho, tendo informado que recentemente tinham estado em Alverca mas no Sobralinho a limpeza ainda estava por resolver, mas que estava atento à situação.

Mais informou que tinha sido enviada uma notificação à BRISA devido aos taludes que estavam a cair para a estrada na Rua Alto do Cavaleiro no Sobralinho.

Sobre as Comemorações do 25 de abril e à referida quebra do Protocolo, disse que segundo informação que lhe tinha sido transmitida, tinha havido um acordo entre o Vereador Nuno Libório e a Vereadora Fátima Antunes, pois ambos iriam estar presentes na Cerimónia da Assembleia Municipal a realizar na Póvoa de Santa Iria, daí a alteração que houve ao protocolo.

Sobre as transmissões das Assembleias disse não se pronunciar visto a Senhora Presidente da Assembleia já o ter feito aquando da sua intervenção.

Em resposta à eleita Manuela Santos da bancada do PS e sobre o lugar de reserva de estacionamento na Av. Capitão Meleças, disse que estava ainda em falta a colocação da placa adicional.

Em resposta ao eleito Bruno Correia da bancada da CM e referindo-se às Ruas da Esperança, 1º de Maio e 25 de abril, disse ter encaminhado para a Câmara Municipal pedido de um estudo para a requalificação dos passeios. Ainda sobre a Rua 25 de abril, informou que havia já um projeto para passeio ao longo de toda a rua, bem como para a Rua Bento Jesus Caraça, a colocação de um piso anti-derrapante devido à sua grande inclinação que já tinha originado diversos acidentes devido a quedas.

Sobre a referência que o eleito tinha feito sobre o local da colocação do caixote para dejetos caninos, disse que tinha toda a razão, não tendo a escolha sido a melhor devido a retirar a visibilidade, mas iria verificar e solicitar a deslocalização do mesmo para local mais indicado.

Seguidamente em resposta ao eleito João Fernandes do BE e referindo a passadeira na Rua da Aviação informou que o sinal vertical já tinha sido pedido e que se aguardava a receção do mesmo para ser colocado.

Sobre o rebaixamento de passeios junto ao Centro de Saúde de Alverca disse que era da responsabilidade da Câmara Municipal e que ia encaminhar essa situação.

Relativamente à questão colocada sobre a água, informou que nas zonas verdes a rega estava a ser feita uma vez por semana e presentemente estava mesmo suspensa. Disse também que em alguns locais a rega ainda era feita manualmente e aí estava a ser diariamente, mas que de qualquer modo estava a haver extremo cuidado no gasto de água, sendo as regas feitas ou não conforme intensificação de temperaturas mais elevadas.

Sobre as Festas da Cidade e a contenção de uso de plástico, disse que era algo complicado até pelos custos inerentes a essas alterações e que para já não havia condições para avançar.

Referindo-se à questão da falta de alguns Editais no site disse que iria verificar e sobre os Protocolos informou que estavam ainda em falta alguns documentos e não estavam ainda assinados.

Sobre os cadernos de encargos dos contratos, disse que estavam todos na base Gov, onde podia ser consultada toda a documentação inerente aos mesmos, situação que já tinha comprovado pessoalmente, mas de qualquer modo se o eleito João Fernandes verificasse a falta de algum contrato agradecia que fizesse chegar a informação à Junta e caso pretendesse fizesse o pedido e ser-lhe-ia enviada a documentação pretendida.

Em resposta ao eleito Rui Valadas e sobre a questão do lugar de estacionamento disse que iria verificar se a Empresa que estava a usar o espaço era ou não a mesma e referiu também que qualquer pedido de

EP 4
M:

reserva de estacionamento só seria autorizado para o horário de funcionamento do estabelecimento e para cargas e descargas, ficando livre após esse período.

Sobre a questão colocada do Jardim Infantil Nº 1, disse não ter tido conhecimento de nenhum pedido de equipamento de som para a atividade que tinha referido. Informou também que por vezes era complicado devido a ser uma altura do ano em que usualmente muitas Entidades tinham atividades programadas e a Junta não tinha nem recursos a nível de equipamentos nem meios humanos para satisfazer todos os pedidos.

Sobre a questão que tinha colocado sobre a Estrada Nacional 10, disse ter sido reencaminhado para as Infraestruturas de Portugal sendo uma competência daquela Entidade e que tinha seguido com conhecimento para o eleito.

De qualquer modo referiu que havia um estudo da Câmara Municipal para a Estrada Nacional 10 até à Ponte Silveira para requalificação de toda a área e que esse processo estava em andamento.

Sobre as baratas disse que a Junta estava atenta a este problema e informou que a Câmara Municipal tem estado a dar resposta a todos os pedidos que têm sido feitos, tendo já realizado inúmeras intervenções. Referiu ainda que segundo a informação que tinha da Câmara Municipal, os planos de desbaratização tinham de ser feitos dentro de determinados períodos a fim de se tornarem mais eficazes.

Em resposta à Eleita Joana Simões disse que os resultados eleitorais não tinham sido colocados no site, pois na altura não havia dados oficiais e em conformidade com o que foi decidido por outras Juntas do Concelho decidiu não publicar.

Sobre os locais de colocação dos armários para depósito de dejetos caninos, informou que havia um protocolo assinado entre a Junta e a Empresa que produziu os respetivos armários, tendo a colocação dos mesmos sido feita de comum acordo, tendo por base o entendimento de melhorar a limpeza em zonas onde se notava uma maior incidência na passagem de canídeos, e foi também tido em conta o fator visibilidade no âmbito da publicidade, mas que concordava que em alguns casos a escolha não tinha sido a melhor.

Respondendo ao eleito Amândio Delfino sobre a agressão ocorrida no Centro de Estágio do Futebol Clube de Alverca, disse que era lamentável a ocorrência de violência no Desporto, mas que era uma questão de Cidadania e Civismo e tinham sido atos praticados por pessoas a que era alheia aquela Entidade e nunca estaria em questão qualquer penalização por tal ocorrência.

Usou da palavra a eleita Manuela Santos da bancada do PS, dizendo que continuava na dúvida se o lugar atribuído para estacionamento era de um ou dois lugares e que concordava com o que tinha sido dito pelo Senhor Presidente que os lugares que viessem a ser atribuídos não serem exclusivos para um só estabelecimento. Mais disse que no lugar de estacionamento que tinha referido continuava a estar em falta a placa identificativa.

Usou da palavra o eleito José Chumbo da bancada do PS que sobre a questão que tinha colocado dos cantoneiros, disse que pretendia saber que concurso estava a decorrer pois não tinha qualquer conhecimento do mesmo.

Sobre o apoio ao Movimento Associativo e visto haver uma comissão, disse que seria bom o agendamento de uma reunião para análise e discussão do RAMA.

Em relação aos armários para dejetos de canídeos, disse que estava publicitado um número de telemóvel e que pretendia saber se era da Junta ou da Empresa a que estava concessionado o espaço. Mais disse concordar que os armários tivessem o propósito também de servir para campanhas de publicidade cívica e social, mas no caso de alguma Empresa contactar para aquele número para alguma publicidade tinha a dúvida se essa informação chegaria ou não à Junta.

EP & N

Pediu a palavra o eleito Bruno Correia da CM, que disse ter um esclarecimento a fazer relativamente à sua intervenção, dizendo que a instalação dos corrimões a que se tinha referido era para a Rua da Esperança.

Usou da palavra o eleito Rui Valadas da bancada do CDS, que dirigindo-se ao Senhor Presidente da Junta informou que tinha acabado de aceder à base GOV, tendo aberto dois contratos e que nenhum deles tinha a documentação completa.

Solicitou a palavra o eleito Amândio Delfino da bancada do BE, que voltou a ler o documento da sua bancada sobre a agressão no desporto, dizendo que a proposta que trazia não refletia nem tinha por base a aplicação de qualquer tipo de penalização para o Clube, mas sim o de tentar promover e incentivar as Entidades para melhores práticas no desporto.

A Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para responder às questões colocadas pelos eleitos.

O Senhor Presidente da Junta usou da palavra e respondendo à eleita Manuela Santos sobre o lugar de estacionamento na Av. Capitão Meleças, disse que era um único lugar de estacionamento e era um dos que estava privado e iria passar a ser condicionado para cargas e descargas.

Em resposta ao eleito José Chumbo disse que lhe iria fazer chegar a informação sobre o concurso que estava a decorrer e relativamente ao número de telemóvel que constava nas caixas disse que era da Entidade promotora do equipamento.

Em relação a questão colocada de a Entidade Promotora ser contactada para instalação de publicidade nas caixas, informou que essa taxa tinha sempre de ser paga à Junta não tendo esta qualquer tipo de custo adicional.

Sobre a questão do RAMA informou que iria agendar reunião com a comissão para todos em conjunto analisarem e trabalharem o atual documento no sentido de o mesmo ser atualizado e melhorado como era pretensão de todos.

Em resposta à questão colocada pelo eleito Bruno Correia, sobre a colocação dos corrimões na Rua da Esperança, disse que tinha tomado nota e que iria ao local verificar a situação.

Em resposta à informação dada pelo eleito Rui Valadas sobre os contratos que tinha acabado de verificar na base GOV não terem toda a documentação disse que iria verificar o que se estava a passar.

Em resposta ao eleito Amândio Delfino e à referência que o mesmo tinha feito sobre a Gala de Desporto e Mérito disse que era do âmbito da Câmara Municipal pelo que iria reencaminhar esse pedido e que da parte da Junta estava de pleno acordo com um melhor fair play e desportivismo e não ver situações em que pais incentivavam filhos a agredir outras crianças.

A eleita Manuela Santos da bancada do PS dirigiu-se à mesa da Assembleia dizendo que iria entregar uma foto do local de estacionamento que tinha referido na sua intervenção.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta dizendo que o lugar em questão era de uma única viatura, o problema estava no facto do mesmo não ter sido bem marcado.

Não havendo mais intervenções por parte das bancadas a Senhora Presidente da Assembleia passou a informar que tendo sido já debatidos os pontos um e dois no período antes da Ordem do Dia, iria dar início à Ordem de trabalhos e ao **Ponto 3 - Apreciação da Informação Escrita do Sr. Presidente da Junta de Freguesia.**

CP 2
11.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta que sobre este ponto disse que estava disponível para esclarecer as questões que pretendessem colocar e que tinha duas menções a fazer, sendo uma delas mencionar a excelente situação financeira e também o grau de execução da receita, que contrariamente ao que tinha sido dito que a Junta não estava a conseguir cobrar a receita prevista não era verdade.

Mais disse que no momento presente o grau da receita estava quase a atingir os 70%, sendo já a receita cobrada superior à receita que estava orçamentada.

Terminou dizendo que entre dois mil e dezoito e dois mil e dezanove, tinha vindo a ser feito um bom trabalho na cobrança da receita e na execução do que eram as cobranças da Junta de Freguesia.

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra às bancadas.

Usou da palavra o eleito José Chumbo da bancada do PS, que iniciou a sua intervenção dizendo ter algumas questões que gostaria que o Senhor Presidente esclarecesse, e referindo-se à página oito do documento e à sessão de esclarecimento sobre o amianto realizada em parceria com a Imarte e com a Gustave Eiffel, pretendia saber qual tinha sido o papel da Imarte, tendo em conta que a área da mesma era a publicidade.

Referindo-se à página nove do mesmo documento, e às intervenções diretas da responsabilidade da Junta, disse ter verificado o pouco investimento que estava a ser feito na manutenção, conservação e requalificação de espaços, referindo que tinha havido duas únicas intervenções e ambas na mesma rua, pelo que deixava o registo que o Executivo tinha estado presente em eventos e pouco mais tinha feito.

Sobre a análise financeira e referindo o valor de trinta e oito mil euros que constava no documento como sendo encargos assumidos e não pagos, pretendia que o Senhor Presidente esclarecesse de que encargos se tratava.

Em relação à limpeza e manutenção bem como aos contratos que têm sido assinados pela Junta, referiu que a Câmara Municipal transferia para a Junta uma verba de duzentos e oitenta mil euros para aqueles serviços e que a Junta e o seu atual Executivo que diziam defender a contratação de trabalhadores e não a contratação com Empresas, presentemente os cantoneiros continuavam por contratar pelo que deixava essa nota.

Usou da palavra o eleito Rui Valadas da bancada do CDS, que referiu não ter observado qualquer informação por parte da Junta, nem no site nem na rede social sobre o lançamento do livro relativo à presença da Força Aérea em Alverca, e que seria importante dar a conhecer esta obra à população.

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para resposta às bancadas.

O Senhor Presidente da Junta usou da palavra iniciando por responder ao eleito Rui Valadas, referindo ter havido efetivamente um evento da Força Aérea, e que não cabia à Junta qualquer tipo de publicitação, daí o não ter feito.

Pediu novamente a palavra o eleito Rui Valadas da bancada do CDS, que disse a questão que tinha colocado não tinha a ver com o evento da Força Aérea, mas sim com a publicitação do lançamento do livro sobre a presença da Força Aérea em Alverca.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta que em resposta ao eleito Rui Valadas disse concordar com a publicitação do livro, e que essa informação poderia ser feita através dos canais de informação da Junta para conhecimento da população.

Relativamente à questão colocada pelo eleito José Chumbo sobre os encargos assumidos e não pagos, disse que eram todas as despesas assumidas mas que estavam ainda em fase de requisição para posterior pagamento após a validação em reunião de Executivo.

EP 2
M.

Sobre a questão dos cantoneiros, disse que também ele gostaria que os mesmos já estivessem contratados até porque o cabimento da verba tinha sido feito e nem se podia contratar serviços, mas lamentavelmente estas questões eram mais burocráticas do que práticas.

Referiu que na área administrativa havia situações deficitárias e complicadas de gerir, pois para além da Sede havia três delegações para assegurar os serviços e a opção foi de avançar primeiramente com o concurso de dois assistentes técnicos.

Sobre a falta de investimento que o eleito referiu disse que não era verdade pois tinham estado a ser realizados trabalhos com mão de obra direta da Junta, não estando refletidos no documento apresentado pois as verbas gastas não podiam ser alocadas na rubrica de investimento.

Referindo as contratações de serviços disse que só o fazia em situações extremas e de carácter de urgência, caso não houvesse a possibilidade de realizar os trabalhos através dos meios próprios da Junta.

A Senhora Presidente da Assembleia voltou a dar a palavra às bancadas, intervindo o eleito Bruno Correia da bancada da CM que disse ter uma chamada de atenção a fazer relativamente à organização dos eventos, dizendo que a sua bancada apoiava todos os eventos mas referindo-se às Festas do Sobralinho e à Cultura Alverca disse que tinha de haver mais cuidado nas datas de realização dos mesmos.

O eleito José Chumbo da bancada do PS, voltou a intervir questionando o Senhor Presidente sobre a Empresa Imarte, dizendo que o mesmo não tinha respondido à sua pergunta.

O Senhor Presidente da Junta usou da palavra e em resposta ao eleito José Chumbo, informou que o evento sobre o amianto tinha trazido um vasto conjunto de conhecimentos sobre aquela problemática e que a Junta tinha sido a organizadora, tendo tido a parceria da Gustave Eiffel que ficou responsável pelo catering e a Imarte que foi a Empresa responsável pela promoção do evento.

Sobre a questão colocada pelo eleito Bruno Correia, disse que o mesmo tinha razão e referindo a Cultura Alverca informou que o evento não estava programado para aquela data mas sim para o último fim de semana de maio, mas devido à marcação das eleições teve de ser alterado coincidindo com as festas do Sobralinho que já estavam também programadas.

Disse ainda que se tentava sempre dissociar as datas dos eventos mas nem sempre era fácil pelas múltiplas atividades desenvolvidas também pelo Movimento Associativo, mas que tinha registado com agrado a grande participação da população. Sobre o local para futura realização da Cultura Alverca disse que teria de ser analisado, pois devido às altas temperaturas que se tinham feito sentir não tinha corrido muito bem e sendo aquele um espaço sem qualquer sombra não existiam condições mínimas para voltar a ser realizado no mesmo local.

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia deu por terminado este ponto da ordem de trabalhos tendo passado ao **Ponto 4 - Proposta de Deliberação sobre a Transferência de Competências – Aprovação.**

Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta que informou trazer esta proposta pela necessidade de as Juntas de Freguesia se terem de pronunciar sobre a aceitação ou não das transferências das competências para o biénio 2019/2020 previstas no Diploma, e enviar à DGAL essa informação até dia trinta de junho de dois mil e dezanove.

Mais disse que a Junta de Freguesia não tinha condições para assumir essas competências em dois mil e dezanove e que existiam matérias pertinentes cujo conteúdo se desconhecia, pelo que a Junta não podia assumir competências que depois não tivesse condições de cumprir, quer em meios humanos, técnicos e financeiros a fim de poder prestar um bom serviço à população.

EP & M.

Terminou dizendo que naquele âmbito e não tendo havido ainda qualquer discussão sobre aquelas matérias e nada estar claramente definido de como se iria trabalhar, disse que não podia aceitar.

A Senhora Presidente da Assembleia deu as palavra às bancadas.

Usou da palavra o eleito José Chumbo da bancada do PS que começou por dizer que as transferências que estavam em questão eram as que presentemente já se encontravam delegadas.

Mais disse que os dossiers não estavam ainda fechados, que as negociações ainda estavam a decorrer entre os Organismos competentes e que estava tudo em fase de discussão não vendo qualquer necessidade desta proposta do Executivo pelo que a sua bancada a ia rejeitar, mantendo o que já tinha dito na Assembleia de seis de setembro de dois mil e dezoito.

Usou da palavra o eleito Rui Valadas da bancada do CDS que passou a ler uma declaração sobre a matéria em questão, referindo que o atual diploma suscitava dúvidas em algumas áreas, mas referindo o Decreto-Lei 57/19 de trinta de abril disse que o mesmo não concretizava qualquer transferência de competências para as Juntas de Freguesia, pelo que o processo deveria continuar a ser acompanhado.

Seguiu-se intervenção do eleito João Fernandes da bancada do BE, que começou por dizer que este processo tinha tido vários atrasos por um lado e por outro prazos curtos para aceitação.

Referiu que a Câmara Municipal ainda não tinha tido condições para emitir qualquer parecer às Juntas de Freguesia e que relativamente às competências em si não tinha grandes questões pois em grande parte já estavam delegadas, mas relativamente aos meios a transferir nada estava devidamente clarificado, havendo muitas dúvidas pelo que a sua bancada não ia aceitar.

Usou da palavra o eleito António Sequeira da bancada da CDU que disse a questão estar na falta de meios para as transferências em causa, para além de que havia também uma descentralização para as Autarquias de responsabilidades que cabiam ao Estado e que o aceitar desta delegação era como passar um cheque em branco não tendo a população nada a ganhar.

Seguidamente interveio o eleito Bruno Correia da bancada da CM, que sobre a transferência de competências disse que as Juntas não tinham qualquer obrigação de executar tarefas não tendo os meios para as realizar, pelo que a sua bancada iria manter o mesmo sentido de voto e iria votar contra.

Não havendo mais intervenções das bancadas a Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta.

O Senhor Presidente iniciou a sua intervenção dizendo que a DGAL tinha dado um prazo até final do mês de junho para as Juntas se pronunciarem se aceitavam ou não a delegação de competências para 2019/2020 e que no momento presente não existia ainda qualquer posicionamento da Câmara Municipal sobre esta matéria.

Mais disse que havia somente conhecimento das competências mas não se sabia ainda quais os meios a serem transferidos para fazer face a essas competências e poder prestar um bom serviço à população, não existindo assim condições para se negociar.

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação este ponto, tendo-se verificado o seguinte resultado: **Não aprovado – com nove votos a favor e dez votos contra.**

A Senhora Presidente da Assembleia deu por terminado este ponto da ordem de trabalhos tendo passado ao **Ponto 5 - Proposta de Deslocalização do Cemitério de São Sebastião – Aprovação.**

EP
B
M

Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta que começou por explicar este ponto dizendo que existia um cemitério Municipal onde há já muito tempo não era feita qualquer inumação, tendo já no passado a Junta de Freguesia iniciado a deslocalização de alguns cadáveres para o cemitério novo.

Mais disse e no entendimento desta Junta, em conformidade com a Lei, aquela era uma competência da Câmara Municipal e deveria ser a mesma a proceder a esses trabalhos a fim de libertar o terreno que era propriedade da União de Freguesias de Alverca e Sobralinho.

Disse ainda que no passado houve entendimento entre a Associação de Bombeiros e os vários Executivos da Junta para a cedência de terreno naquele local a fim de poder vir a ser instalado um quartel com condições mais dignas.

Referiu ainda que esta proposta de deslocalização tinha a finalidade de dar continuidade a um processo há muito iniciado e assim encerrar um ciclo, visto aquele espaço já ter tido o seu fim encontrando-se em estado deplorável e sem a mínima dignidade.

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra às bancadas.

Usou da palavra a eleita Manuela Santos da bancada do PS, que iniciou a sua intervenção dizendo que a sua bancada tinha todo o interesse em resolver o problema dos Bombeiros Voluntários de Alverca e não de lhes entregar um problema em mãos.

Mais disse que a deslocalização já tinha sido um processo iniciado em dois mil e oito e que tratando-se de questões muito delicadas tornou todo o processo muito moroso.

Referiu que havia um acordo entre a Junta e a Associação dos Bombeiros Voluntários de Alverca, na libertação de terreno mas nada estava escrito de os mesmos fazerem a Sede naquele espaço. Mais disse ter sempre havido o cuidado de avançar este processo tendo sido proposto à Associação de Bombeiros a apresentação de um projeto do que tencionavam fazer, pedido esse que também foi na altura proposto pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Assim no entendimento da sua bancada o pedir à Câmara para deslocalizar o cemitério não ia entregar o terreno aos Bombeiros nem seria a resolução do problema, pois esse seria um processo que teria de vir à Assembleia para aprovação. Disse ainda que não se sabendo o que os mesmos pretendiam fazer, que área de terreno necessitavam e o que estava previsto para obra em área adjacente, nada se podia decidir pois o que os Bombeiros precisavam era de um terreno e não de uma série de problemas.

Seguiu-se intervenção do eleito Rui Valadas da bancada do CDS, que sobre o ponto em questão disse discordar na forma do mesmo e não da sua matéria. Referiu que o foco principal era a degradação em que o espaço se encontrava e que não tinha o mínimo de dignidade.

Mais disse que existiam duas questões distintas que não deviam estar misturadas na mesma proposta.

Referiu ter algumas questões que gostaria de ser esclarecido, perguntando qual a solução para a transladação dos corpos para o cemitério novo; se já tinha sido feito algum estudo nesse sentido e sobre as sepulturas adquiridas como iria ser resolvida a situação, e também pretendia saber se a Junta já tinha abordado a Câmara Municipal sobre estas matérias.

Usou da palavra o eleito João Fernandes da bancada do BE, que começou por dizer que em conformidade com o que estava na Lei, cabia à Câmara Municipal proceder a estes trabalhos de deslocalização, mas referindo-se à deslocalização para o cemitério novo, e em caso de ser aprovada, questionou sobre a posição da Câmara relativo a esta matéria.

Disse ainda e dirigindo-se a todos os presentes, que todos queriam um quartel mais digno para os Bombeiros, fosse esta ou outra solução qualquer e que defendia a deslocalização mas considerava também que estavam misturadas duas questões que deviam estar separadas.

Seguiu-se intervenção do eleito António Sequeira da bancada da CDU, que disse não existir qualquer confusão, era um anseio dos Bombeiros que naquele espaço pudessem vir a aumentar e melhorar as suas instalações e tendo-se chegado à conclusão que o mesmo não tinha qualquer dignidade, não entendia o porquê deste desacordo.

A Senhora Presidente da Assembleia usou da palavra, dizendo que em dois mil e dezasseis tinha sido entregue pelos Bombeiros Voluntários de Alverca, ao então Presidente da Junta de Freguesia Senhor Afonso Costa, um projeto para um novo quartel, projeto esse que tinha visto pessoalmente, referindo que no mesmo não havia utilização total do terreno e estava contemplado a recuperação da capela. Mais disse que confirmava a existência de um projeto mas desconhecia o seu atual paradeiro.

Usou da palavra o eleito José Chumbo da bancada do PS, que disse o conteúdo do documento refletir o anseio de todos, mas que havia uma mistura de duas situações, dizendo que havia ainda um longo caminho a percorrer, tinha de se forçar a deslocalização do cemitério e acelerar todo este processo. Disse ainda concordar com o que tinha sido exposto, que os Bombeiros tinham todo o direito de ter umas instalações melhores e mais condignas fosse naquele espaço ou em outro, caso a Junta fosse proprietária de mais algum terreno, o que desconhecia, mas havia que juntar todas as partes para em conjunto se chegar à melhor solução.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta que em resposta ao eleito José Chumbo, disse que a Junta não era proprietária só daquele terreno, mas sim de mais, e que o eleito poderia verificar no Património pois já estavam todos os registos atualizados e devidamente registados em nome da União de Freguesias de Alverca e Sobralinho.

Usou da palavra a eleita Manuela Santos da bancada do PS que disse a Junta já no passado ter tomado algumas iniciativas neste processo e que tinha conhecimento do projeto apresentado pelos Bombeiros.

O Senhor Presidente da Junta voltou a intervir dizendo que o que estava em causa era a deslocalização do cemitério, pois não sendo uma responsabilidade da Junta de Freguesia mas sim do Município havia que resolver.

Mais disse que a Junta no passado tinha assumido uma responsabilidade que não era sua, sendo intenção desta Junta de resolver esta questão de deslocalização do cemitério pelo que trazia a proposta e em caso de aprovação iria notificar a Câmara Municipal a fim de a mesma assumir e proceder aos trabalhos.

Usou da palavra o eleito Rui Valadas da bancada do CDS que disse estar de acordo com a deslocalização mas não concordava com a fundamentação que fazia também parte da proposta.

Mais disse que os termos desta fundamentação eram uma condicionante para a entrega do terreno aos Bombeiros e sendo esta uma situação que se arrastava há décadas não devia ser resolvida à pressa.

Disse também que não tinha qualquer relutância em aprovar esta proposta mas não podia concordar com a fundamentação da mesma.

Usou da palavra o eleito António Sequeira da bancada da CDU, dizendo que este era um problema que se arrastava há décadas e agora dizer-se que estava a ser resolvido à pressa não conseguia entender. Referiu que não havia vontade quer do PS quer do CDS de resolver esta questão.

Usou da palavra a eleita Manuela Santos da bancada do PS que referindo-se à intervenção do eleito António Sequeira disse que este ponto só tinha sido trazido à Assembleia para pôr os Bombeiros contra o Partido Socialista.

Mais disse que a sua bancada não era contra a deslocalização do cemitério nem contra a possibilidade de vir a ser doado terreno aos Bombeiros, e ouvir dizer que o Partido Socialista não tinha vontade não aceitava.

Usou da palavra o eleito João Fernandes da bancada do BE, dizendo que a sua bancada iria votar a favor da proposta de deslocalização do cemitério, mas sem qualquer compromisso com o destino a dar ao terreno depois de liberto.

O Senhor Presidente da Junta usou da palavra e em resposta à eleita Manuela Santos, disse concordar com a mesma pois esta questão de deslocalizar era problemática em muitas vertentes e já anteriormente

devia ter sido deliberado a deslocalização e remetida para a Câmara Municipal, sendo da sua competência a execução destes trabalhos e sendo também a Entidade com condições para os fazer. Disse também que aquilo que tinha sido delegado à Junta de Freguesia, era a gestão do cemitério sendo o terreno propriedade da mesma e que a partir daí cabia à Câmara Municipal a sua deslocalização.

Respondendo às questões colocadas pelo eleito Rui Valadas disse que havia espaço já contemplado no cemitério novo para as trasladações e que o estudo dessa situação cabia à Câmara Municipal. Sobre a questão dos Bombeiros disse que tinha havido no passado entendimentos entre aquela Entidade e os vários Executivos que tinham passado pela Junta de Freguesia.

Usou da palavra o eleito José Chumbo da bancada do PS, tendo dito que a sua bancada ia votar favoravelmente a deslocalização do cemitério de São Sebastião, mas que qualquer cedência ou doação de terreno teria de ser presente a uma outra Assembleia.

Usou da palavra o eleito Rui Valadas da bancada do CDS, tendo dito que após a votação deste ponto tinha uma declaração de voto para apresentar sobre o mesmo e posteriormente faria chegar o documento à mesa da Assembleia.

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia colocou este ponto a votação tendo sido verificado o seguinte resultado: Aprovado por maioria – com dezoito votos a favor e uma abstenção.

Terminada a votação o eleito Rui Valadas leu a Declaração de Voto sobre este ponto referindo o seu sentido de voto ter sido pela abstenção.

A Senhora Presidente da Assembleia deu por terminado este ponto da ordem de trabalhos tendo passado ao **Ponto 6 - Proposta de não aceitação da transferência da Competência “ Recolha de Monos” – Aprovação.**

Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta que sobre esta questão começou por dizer que a Junta tinha acordado com a Câmara Municipal ficar com esta Delegação de Competência, mas no pressuposto da Câmara disponibilizar um espaço dentro da área da União de Freguesias para a colocação dos monos, situação que não foi criada conforme estava acordado, tendo a Junta sido informada que os monos teriam de ser transportados para a Póvoa de Santa Iria.

Mais disse que a Junta não tinha equipamentos nem viatura para transporte em grandes quantidades, e para além do tempo a disponibilizar para aquele serviço, os custos gerais do mesmo nada tinham a ver com os valores acordados.

Referiu também que não havia condições para assumir aquela competência nos moldes atuais, mas caso viesse a haver alteração das condições o processo poderia ser revisto, mas presentemente não estavam criadas as condições acordadas.

A Senhora Presidente deu a palavra às bancadas.

EP #
M:

Usou da palavra o eleito José Chumbo da bancada do PS, que sobre a questão dos monos disse que registava a posição do Senhor Presidente da Junta e que a mesma ia de encontro às dificuldades transmitidas por outras Juntas ao Senhor Presidente da Câmara aquando da Assembleia Municipal, mas que a atitude devia ser de sentar e negociar, pois recusar já para depois voltar a negociar não fazia qualquer sentido.

Deixou a questão da possibilidade daquele serviço poder vir a ser feito por uma empresa externa, dizendo ainda que o Senhor Presidente da Junta em Assembleia Municipal em que ele próprio também tinha estado, disse que a Junta ia rejeitar esta Delegação de Competência, mas deixava a nota que era à Assembleia de Freguesia que cabia ou não deliberar essa rejeição.

Interveio o eleito Rui Valadas da bancada do CDS, que disse ter duas questões a colocar sobre o ponto, sendo uma delas de qual tinha sido a comunicação da Câmara Municipal relativamente à ausência do espaço, se era uma situação transitória ou definitiva e se havia qualquer outro tipo de solução.

Usou da palavra o eleito António Sequeira da bancada da CDU, que disse ter havido um acordo com um determinado valor mediante um pressuposto que afinal não foi cumprido, daí não haver fundamento para negociação.

Mais disse ainda que a Câmara Municipal não tinha cumprido a sua parte do acordo, tendo a Junta toda a legitimidade em rejeitar esta situação.

Interveio o eleito João Fernandes da bancada do BE, que sobre esta questão referiu as negociações já terem tido lugar, tendo a Câmara avançado com condições que depois não conseguiu cumprir e por outro lado a Junta tinha aceite condições que ainda não estavam garantidas acreditando na palavra que tinha sido dada.

Mais disse que tinha duas questões a colocar sendo uma delas se o terreno proposto era no Sobralinho e a outra questão era no sentido de saber e tendo em conta o pedido trazido à Assembleia para rejeição desta proposta, qual tinha sido a posição tomada por Alhandra visto estarem em igualdade de circunstância.

Usou da palavra o eleito Bruno Correia da bancada da CM que começou por dizer que a recolha dos monos era um calcanhar de aquiles entre a Junta e a Câmara Municipal e que este problema da recolha ia continuar a piorar.

Disse ainda que pretendia saber se a Câmara Municipal tinha dado alguma previsão para a solução do terreno.

Usou da palavra o eleito Amândio Delfino da bancada do BE, que disse ter havido a nível negocial uma falta de respeito da parte da Câmara Municipal, pois se havia dificuldade em assumir o acordo, não devia ser difícil à Câmara calcular o diferencial de custo entre transportar para o Sobralinho e transportar para a Póvoa de Santa Iria, parecendo-lhe ter havido má vontade ou má fé.

Usou da palavra o eleito Rui Valadas do CDS, que questionou ao Senhor Presidente da Junta se havia alguma estimativa do diferencial de custo da situação que estava prevista e a que estava atualmente e se a Câmara tinha dado alguma justificação por não se ter concretizado o terreno no Sobralinho.

Usou da palavra a eleita Manuela Santos da bancada do PS que perguntou ao Senhor Presidente se a Junta já tinha executado esta competência ou se ainda não o tinha feito.

Não havendo mais intervenções das bancadas a Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para responder às questões colocadas.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta que iniciou a sua intervenção dizendo que relativamente ao espaço no Sobralinho não tinha sido possível, não por falta de vontade da Câmara mas porque não podia ser mesmo e que na União de Freguesias não existia mais nenhum terreno sendo as opções ou a Póvoa de Santa Iria ou o Mato da Cruz.

Disse ainda que para esta deslocalização havia pressupostos que não tinham sido contabilizados e meios de que a Junta não dispunha e precisaria de ter, sendo um deles um veículo pesado para este tipo de transporte, um motorista com carta de pesados e teria de haver também um ajudante para apoio no serviço e nada disto tinha sido equacionado.

Relativamente à questão colocada da possibilidade de contratar serviço com terceiros, disse que já tinha equacionado essa via mas só seria possível caso o transporte fosse para o Sobralinho o que não era o caso e sendo assim os valores apresentados não eram comportáveis.

Sobre a tomada de posição de Alhandra que estava com esta mesma situação, informou que tinham feito renúncia a esta competência.

Sobre a intervenção que tinha feito na Assembleia Municipal e pelo facto de não ir concretizar esta competência, assim o disse, pois a Junta não tinha condições para cumprir e também não tinha executado este serviço.

Sobre a Póvoa, o Forte da Casa e Vialonga que tinham aceite esta competência, informou que em Assembleia Municipal já tinham colocado questões de ordem financeira e de outros problemas com que se estavam a deparar.


Mais disse ainda que transportar monos para a Póvoa de Santa Iria estava fora de questão, trazendo este ponto à Assembleia para ser deliberado deixando o mesmo à consideração.

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia colocou este ponto a votação tendo sido verificado o seguinte resultado: **Aprovado por maioria – com sete votos contra e doze votos a favor.**

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta, que direccionou a todos um convite para estarem presentes nas Festas da Cidade e de São Pedro que iriam ter início no dia vinte e seis do corrente mês de junho e também para o dia da Cidade a treze de julho na SFRA para a cerimónia de entrega dos galardões de mérito.

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia solicitou ao eleito Pedro Filipe Faria Ferreira, primeiro secretário, que lesse a ata minuta nº.11, a qual foi votada e aprovada por unanimidade, encerrando de seguida a sessão.

A Presidente da Assembleia de Freguesia



O Primeiro Secretário



A Segunda Secretária